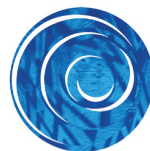




BRASKEM APRESENTA

FRONTEIRAS
DO PENSAMENTO



Direitos Humanos e a condição da mulher no Oriente Médio

Shirin Ebadi, Sala São Paulo, 14 de junho de 2011.

“Vim ao Brasil trazer a mensagem de amizade do povo do Irã para o carinhoso povo do Brasil”. Assim iniciou a conferência de Shirin Ebadi, *Direitos Humanos e a condição da mulher no Oriente Médio*, no *Fronteiras do Pensamento* São Paulo 2011. Pequenininha, sorridente e delicada, a primeira impressão da advogada iraniana não durou muitos minutos: aplaudida de pé, sua fala foi impressionante não apenas pela força das palavras, mas como também pela apresentação de realidades em sua maioria desconhecidas pelo povo brasileiro. Prova disso foi o número de perguntas enviadas pelo público à Ebadi.

Na conferência, Ebadi defendeu que a ciência e a tecnologia progrediram mais do que as questões que envolvem os direitos humanos. Para a conferencista, a discriminação e a opressão às mulheres são uma questão global. Mesmo que variem em forma e intensidade, são realidades negativas que independem de país ou cultura.

No caso de Estados Unidos, Canadá e Europa, as leis reconhecem a igualdade dos gêneros, mas a cultura destes locais prevê compromissos às mulheres em casa e na sociedade que impedem que elas desfrutem desta igualdade estabelecida. Isso pode ser medido pelo número reduzido de mulheres em cargos de poder. Se a lei permite uma realidade, mas esta não acontece efetivamente, é porque não é uma realidade tangível, sendo que todo sentido de igualdade implica fatores culturais complexos que colaboram ou coíbem a verdade deste ideal.

Já nos países islâmicos, a situação é discriminatória de outro modo e em graus diferentes. Na Arábia Saudita, até poucos anos atrás, a mulher não podia ter documento de identidade, pois não era vista como cidadã. Mesmo com a permissão desses documentos atualmente, ela segue privada de direitos como dirigir e participar da vida política e social em incontáveis instâncias. Outros países islâmicos garantem a legitimação da cidadania da mulher apenas quando esta for mãe de filhos homens, sendo elas chamadas não por seu primeiro nome, mas pelo nome do filho, já que é mal visto proferir o nome de uma mulher.

No Afeganistão, leis prevêm a inserção das mulheres na sociedade, mas a cultura paternalista é mais forte do que a legislação. Mulheres são impedidas de criticarem ou exporem suas ideias ao ponto em que o Talibã queimou escolas para crianças do sexo feminino e obriga as mulheres a usarem burca e a ficarem em casa, dentre inúmeros outros exemplos de coerção aos direitos humanos.

A liberdade da mulher, de acordo com Ebadi, tem piorado proporcionalmente com o aumento dos fundamentalistas. Intervenções ocidentais no mundo islâmico, como a americana no Iraque, apenas colaboram para o crescimento do radicalismo e da opressão às mulheres: “A situação discriminatória das mulheres após a invasão militar americana ficou muito pior no Iraque, pior até do que na época de Saddam Hussein”, exemplificou a conferencista.



WWW.FRONTEIRASDOPENSAMENTO.COM.BR

Braskem
Novas formas de ver o mundo

CPFL
ENERGIA

natura
bem estar bem

M Mackenzie

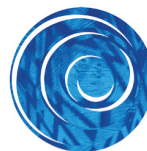
FOLHA
NÃO DA PRA NÃO LER

CASA DO SABER



BRASKEM APRESENTA

FRONTEIRAS
DO PENSAMENTO



Já no Irã, são as leis antiquadas que se chocam com cultura do país, comenta. As mulheres iranianas têm direito ao voto e à participação no parlamento há mais de 50 anos. Muitas outras liberdades também foram conquistadas pela força da mulher iraniana, que ultrapassou a própria cultura fundamentalista. Mas, a revolução de 1979 no país gerou uma nova legislação que incentiva a discriminação contra a mulher.

No Irã, expõe Ebadi, estas novas leis decretam que o valor da vida de uma mulher tem metade da vida do valor de um homem. Se um homem e uma mulher sofrem um acidente de automóvel, o valor da indenização pago ao homem é o dobro do pago à mulher; num tribunal, o testemunho de um homem só será invalidado se duas mulheres o desmentirem; ainda, o homem iraniano pode se casar com quatro esposas e pedir o divórcio sem justificativas, sendo que a situação da mulher no casamento é quase inversa. Pedidos de divórcio são quase sempre negados às mulheres e, para viajar, ela precisa de autorização escrita do marido. As leis são anacrônicas à própria cultura.

A Ministra da Saúde do Irã é uma mulher, exemplifica Ebadi: “imaginem quando esta senhora precisa ir à Organização Mundial de Saúde para falar sobre os 75 milhões de iranianos. A Ministra terá que implorar ao seu marido para obter a licença de sair do país. Se eles tiverem algum conflito conjugal, a cadeira do Irã na Assembleia ficará vazia. Este exemplo mostra como as leis estão em desacordo com nossas vidas. É por este motivo que o movimento feminista no Irã é cada vez mais forte.”

Qual a origem destas leis discriminatórias nos países islâmicos? Segundo Shirin Ebadi, a situação da discriminação contra a mulher vai além da religião, sendo uma realidade mundial. As interpretações do Islã variam como nas religiões cristãs, argumenta: “algumas religiões cristãs permitem aborto e casamento entre parceiros do mesmo sexo, outras não”. Para Ebadi, a discriminação e o desrespeito aos direitos humanos no Irã não são consequência do Islã, mas sim consequência de interpretações erradas do Islã. Mais ainda, o que faz com que as leis discriminatórias sejam impostas nestes países não é a religião islâmica, mas a cultura paternalista dos locais, que interpretam o Islã conforme sua visão machista.

Porém, esclarece a conferencista, esta cultura existe por toda parte e independe do homem, é uma cultura disseminada também por mulheres, por mães que transmitem estes valores aos seus filhos e, assim, criam homens opressores dentro de suas casas. A solução, aponta a advogada, é educar as mulheres e informá-las sobre como combater essa cultura a partir de sua base.

Para Shirin Ebadi, não é apenas uma questão de gênero feminino: “os direitos da mulher e a democracia são duas caras da mesma moeda”, defende. Onde a democracia for avançada, a situação da mulher será melhor. É por isso que as mulheres que lutam por sua igualdade tomam os primeiros passos para estabelecer a democracia. É assim, reafirma Ebadi, que a vitória dos direitos femininos num país abre o caminho para a democracia. É por isso que as piores “inimigas” dos governos não democráticos são as mulheres.

“Não esqueçamos que a democracia não é um acidente que ocorre da noite para o dia. É um processo histórico que precisa passar por todos os passos de evolução. A vitória das mulheres em qualquer país encurta o processo do estabelecimento da democracia, abrindo o caminho para ela. O desejo da vitória das mulheres em todas as partes do mundo é o desejo pela igualdade e pela democracia”, concluiu Shirin Ebadi em sua apresentação no *Fronteiras do Pensamento* São Paulo.



WWW.FRONTEIRASDOPENSAMENTO.COM.BR

Braskem
Novas formas de ver o mundo

CPFL
ENERGIA

natura
bem estar bem

M Mackenzie

FOLHA
NÃO DA PRA NÃO LER

CASA DO SABER